



O VIGILANTE



JORNAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Sede: Rua André Cavalcante, 126 - Bairro de Fátima - Centro - Tel.: (21) 3861-7050 / 3861-7051 Subsede: Rua Albertina, 70 - Campo Grande - Tel.: 2413-1424

ANO XL - Nº 177 - Outubro/Novembro 2016

O futuro da segurança privada nas mãos dos deputados federais

Está em curso na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4.238 de 2012, o conhecido Estatuto da Segurança Privada, que vai substituir a lei 7.102/1983 que atualmente regulamentava o segmento.

O Estatuto da Segurança Privada vai definir desde a autorização das empresas de segurança, equipamentos utilizados até os direitos dos vigilantes.

Para os dirigentes sindicais da CONTRASP, Federação dos Vigilantes e Sindicato dos Vigilantes em todo Brasil este Estatuto pode acabar com a segurança privada em nosso país, caso não seja alterado o texto que está prestes a ser votado no plenário.

Se for aprovado será enviado para o Senado e depois passará pela sanção do Presidente da República. Antes de chegar ao plenário da Câmara dos Deputados o PL

4.238/2012 foi aprovado na Comissão Especial de Segurança Privada. Na Comissão, os empresários, o governo e os banqueiros fizeram grande pressão para impedir garantias e mais direitos para os vigilantes. Porém a luta não acabou, ainda é possível conquistar alterações no texto através dos líderes de bancada.

O principal alerta dos sindicalistas comprometidos com a luta por mudanças no texto do Estatuto da Segurança Privada é que a aprovação sem mudanças levará ao fim da segurança privada no país.

Apenas para termos idéia do desastre que representa parte do texto, será possível que vigilantes trabalhem com armas de menor potencial ofensivo (arma de choque, spray de pimenta, balas de borracha, etc) dentro de agências bancárias e será legalizada a segurança clandestina desarmada.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PROPOSTAS AO ESTATUTO:

O QUE TRAZ O TEXTO	PROPOSTAS DE MUDANÇA
O projeto prevê armamento de menor potencial ofensivo até mesmo em agências bancárias.	Retirar a previsão de armamento de menor potencial ofensivo
O projeto não altera o armamento utilizado atualmente pelos vigilantes nem a blindagem dos carros da escolta.	Substituir o atual armamento por pistolas .40 e fuzil. Blindagem Obrigatória dos carros da escolta armada
Além de não aumentar o efetivo da escolta, ainda prevê transporte de valores com apenas 2 vigilantes.	Efetivo mínimo de 4 vigilantes para escolta armada e transporte de valores
O texto atual cita segurança privada em estádios, porém não obrigatório.	Segurança privada obrigatória nos estádios, ginásios e grandes eventos.
O Estatuto não exige a comprovação da origem do dinheiro, não coibindo sócios laranjas que servem de testa de ferro para quem não pode ser sócio de empresa de segurança.	Comprovação da origem lícita do capital da empresa de segurança e vigilância.
O texto traz o ensino fundamental para o ingresso na carreira.	Aumentar a escolaridade para ensino médio completo.
O Estatuto permite que militares e policiais entrem para a segurança privada sem curso de formação.	Obrigatoriedade do curso de formação de vigilante para egressos do serviço militar e órgãos de segurança pública.
Não há previsão no texto para porte de arma fora de serviço.	Porte de arma de fogo fora de serviço.
Garantir um piso mínimo para todo Brasil, evitando tantas desigualdades entre os Estados e assim unificar definitivamente a luta da categoria em todo Brasil.	Piso salarial nacional estabelecido pelo DIEESE.
Não há previsão no texto em manter o direito do vigilante à prisão especial.	Incluir no texto a prisão especial para Vigilantes.
O texto não traz a obrigatoriedade de vigilantes nos correspondentes bancários (farmácias, lotéricas, supermercados).	Obrigatoriedade de vigilância privada em lotéricas, bancos postais, supermercados, farmácias e correspondentes bancários.
O texto não traz avanços para os instrutores	Garantir direitos para instrutores como piso salarial, adicionais e jornada de trabalho.
O texto atual coloca como crime apenas a segurança clandestina ARMADA, autorizando a segurança clandestina desarmada.	Tipificar como crime a segurança clandestina, armada ou não.

www.camara.leg.br - PL 4238/2012. acesse e participe desta luta. www.dieese.org.br

Assaltos à escolta aumentam e deputados continuam sentados em cima do Estatuto da Segurança Privada

Dia 20 de setembro, terça-feira, 3 vigilantes da CTS foram sequestrados na Linha Vermelha, em Duque de Caxias e levados para a Favela FICAP, ao final foram soltos.

Dia 22 de setembro, quinta-feira, 2 policiais militares da reserva foram assassinados na escolta das Casas Bahia, na Dutra, em Austin. Os bandidos levaram o armamento dos vigilantes.

Dia 24 de setembro, sábado, na Pavuna, resultando em dois vigilantes sequestrados e levados para um julgamento realizado por bandidos, ao final foram soltos.

Diante da ineficiência da política de segurança pública do Governo do Estado os vigilantes de escolta ecada vez mais enfrentando a violência na pista.

O Sindicato dos Vigilantes do Rio de Janeiro há anos discute o Estatuto da Segurança Privada e propõe mudanças no texto aprovado na Comissão Especial de Segurança Privada e que está prestes a ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados. Para a escolta, a proposta é garantir no PL 4238/2012, caminhonete blindada, efetivo mínimo de 4 vigilantes e permissão para utilização de fuzil.



Plano de saúde na pauta do Sindicato

Em outubro começam as negociações sobre plano de saúde com o Sindicato Patronal conforme ficou estabelecido na Convenção Coletiva assinada em março de 2016. O objetivo do Sindicato dos Vigilantes, conjuntamente com os demais sindicatos e a Federação dos Vigilantes, é garantir o plano de saúde a partir de março de 2017.

Fica garantido a partir de 1º de março de 2017, com assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, a concessão de prêmio-assiduidade mensal concedido mediante o fornecimento de Cesta Básica ou Vale Alimentação, a critério do empregador, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), para os empregados que não tiverem nenhuma falta ao trabalho durante o mês, justificada ou não.

Todos contra o PL 4467/16

SindVigRio incansável na defesa dos vigilantes

Contrasp declara guerra à covardia do Santander

Clube recreativo faz sucesso entre vigilantes

Vigilantes da Facility/Pro vivem o caos

Absurdo! Não tem como descrever de outra forma a prática desta empresa, gigante da área de serviços, que abocanhou há anos a maior parte dos contratos do governo do Estado e do município do Rio de Janeiro que continua a desrespeitar os direitos dos seus empregados. A relação da PROL com o poder no Rio de Janeiro é sempre alvo de denúncias e críticas.

O Sindicato continua trabalhando para garantir o pagamento dos salários e das verbas rescisórias dos demitidos. Entre outras medidas busca-se a retenção de faturas da empresa para pagamento direto aos trabalhadores.

Para a Diretoria do Sindicato dos Vigilantes é importante que os trabalhadores lesados pela empresa procurem o Departamento Jurídico e ajuízem reclamações trabalhistas. É importante não perder tempo, aproveitar enquanto a empresa tem crédito na praça para receber.

Os advogados do Sindicato atendem de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h, sócios e não-sócios, e não cobram honorários advocatícios, não tendo o vigilante que perder de 20 a 30% do que recebem para advogados particulares.

SINDICATO EM AÇÃO

- O departamento jurídico do Sindicato conseguiu ganho de causa na 54ª vara do trabalho contra a empresa CJF, em favor do vigilante J.M.N., no valor de quase 19 mil reais. O vigilante já recebeu o valor.
- Outra vitória importante foi na 51ª vara do trabalho. O Vigilante U.R. ganhou ação contra empresa Free Porte Vigilância, posto DENIT, no valor de 38 mil reais.
- O SindVigRio também foi vitorioso quando conseguiu liminar da 9ª vara de Fazenda Pública, suspendendo o procedimento licitatório de pregão eletrônico para contratação de serviços de vigia e porteiro para atender o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, para exercerem, no entanto, as funções pertinentes aos vigilantes.
- O jurídico conseguiu na 19ª vara do trabalho a retenção da fatura no valor de 461 mil reais da Secretaria de Direitos Humanos, na qual a empresa Hopevig é responsável pelo posto. Com essa medida o valor retido será utilizado direto para o pagamento dos vigilantes.



Periculosidade: 30%
Reajuste salário: 11,5%
Valor do Tiquete R\$ 18,70

TABELA DE SALÁRIOS

CONVENÇÃO 1º DE MARÇO DE 2016 A FEVEREIRO DE 2017

Reajuste Tiquete: 13,33%
Mensalidade sindical (5% do Piso): R\$ 64,78
Triênio 2% sobre o Piso sem Periculosidade

DIÁRIA DE EVENTOS:
R\$ 135

Função	Piso	Periculosidade	Dia	Hora	Hora Extra 50%	Hora Extra 100%	Adicional Noturno	Triênio 2% do Piso
Vigilante – Vigilante Orgânico – Vigilante Feminina/Recepcionista – Vigilante condutor de cães – Vigilante de monitoramento de aparelhos eletrônicos	R\$ 1.295,63	388,69	56,14	7,66	11,49	15,32	1,53	25,91
Vigilante de Escolta	R\$ 1.684,32	505,30	72,99	9,95	14,93	19,90	1,99	33,68
Segurança Pessoal Privada – Vigilante Motorista/Motociclista	R\$ 1.555,54	466,66	67,41	9,19	13,79	18,38	1,84	31,11
Supervisor de Área	R\$ 1.944,45	583,34	84,26	11,49	17,22	22,98	2,30	38,89
Fiscal de Posto ou Supervisor	R\$ 1.435,23	430,57	62,19	8,48	12,72	16,96	1,70	28,70
Coordenador	R\$ 2.065,98	619,79	89,53	12,21	18,32	24,42	2,44	41,32
Instrutor	R\$ 2.181,03		72,70	9,91	14,87	19,82	1,98	43,62
Funcionário em Serv. Administrativo	R\$ 1.091,12		37,37	4,96	7,44	9,92	0,99	21,82

Período Noturno: 22h às 5h = 7horas de trabalho que valem por 8h. (Hora reduzida – parágrafo 7 da Cláusula 35ª da CCT)

Projeto de lei propõe proibição à contratação de vigilantes nos municípios

O Deputado Alberto Fraga (DEM/DF) apresentou o projeto de lei 4467/2016 que proíbe a contratação de vigilantes em Municípios que possuem Guarda Municipal.

Tanto o Sindicato dos Vigilantes do Município do Rio quanto a Federação e a Confederação estão trabalhando contra a aprovação do projeto. Para os sindicatos o PL 4467 é totalmente inconstitucional, pois a Câmara dos Deputados está interferindo em assunto legislativo municipal, além de violar o direito ao trabalho (Art. 6 da CF) e a autonomia dos Municípios (Art. 18 da CF).

O projeto foi aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e já foi recebida pela Comissão de Trabalho. O Sindicato solicitou audiência com o Autor do Projeto e com todos os parlamentares que fazem parte desta comissão. Caso os parlamentares

aprovem este projeto absurdo, a CONTRASP entrará com ação direta de inconstitucionalidade no STF. Estamos em QAP TOTAL!



Sindicato fiscaliza e denuncia empresas clandestinas

Durante o período dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos o Sindicato dos Vigilantes percorreu todos os postos fiscalizando o tipo de contratação, pagamentos, horas extras e se as empresas estavam cumprindo rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho.

Antes mesmo do início do evento o Sindicato notificou

todas as empresas, clientes, organizações esportivas que fizeram eventos e festas durante os jogos. A notificação visava informar/alertar que a contratação dos serviços de segurança e vigilância deve

ser realizada por profissionais habilitados e pelas empresas de segurança e vigilância devidamente legalizadas junto à Polícia Federal, conforme Lei 7.102/83. A atividade no Brasil é legalizada e fiscalizada.

Essa medida foi tomada para resguardar a vida dos trabalhadores, os usuários e evitar que empresas de segurança e vigilância clandestinas se proliferem no Rio de Janeiro.

Mesmo assim foram detectadas algumas irregularidades como contratação para eventos pagas a menor, locais inadequados para alimentação, escalas em desacordo com a convenção e empresas que não eram autorizadas pela Polícia Federal.

O departamento jurídico do Sindicato está a disposição dos vigilantes que não tiveram seus direitos trabalhistas respeitados durante o evento.



Trabalhadores almoçam improvisadamente dentro de carros. Vigilantes disseram estar ganhando entre 80 e 112 reais o evento quando deveriam ganhar R\$ 135,00

JORNAL O VIGILANTE

Jornal do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Rio de Janeiro

Redação: Rua André Cavalcante, 126 Bairro de Fátima Centro – Rio de Janeiro - RJ – Tels: 3861-7050 e 3861-7051

E-mail: sindvig.secretaria@gmail.com

Edição: Cláudio José Alves - Reg. MTE nº 31.381 — Fotos: Cláudio José e Bruno Maciel — Estagiário: Lucas Marques

Redatores: Bruno Maciel e Maria Helena – Editoração Eletrônica: Fernando Teixeira

Visite nosso site: www.sindvig.org.br

SINDICATO DOS VIGILANTES INCANSÁVEL NA DEFESA DA CATEGORIA!

Diretores do Sindicato realizam diariamente visitas aos postos de trabalho em todo município do Rio de Janeiro, exigindo e denunciando as empresas que não respeitam os direitos dos vigilantes. São centenas de denúncias recebidas pela diretoria como atraso no pagamento de salário, tíquete alimentação, vale transporte,

férias e 13º salário. São muitas ações na Justiça do Trabalho promovidas pelo departamento jurídico do Sindicato além de denúncias no Ministério do Trabalho e Emprego e no Ministério Público do Trabalho. Através deste trabalho estamos mês a mês conseguindo reverter esse quadro de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

HBS



Foi assim com a empresa HBS que nos últimos tempos veio atrasando salários, férias e vale alimentação. O Sindicato fez manifestação de protesto em alguns postos.

VS BRASIL



Na VS Brasil não foi diferente. A empresa vem descumprindo a Convenção Coletiva da Categoria. Algumas pendências já foram resolvidas pela força das manifestações e diversas reuniões com clientes. Mas ainda falta regularizar férias e homologações pendentes.

PRIMUS



Por falta de pagamento cerca de 40 vigilantes da empresa Primus Segurança e Vigilância que trabalham para a EBC - Empresa Brasil de Comunicação - cruzaram os braços sob protesto.

PROSEG



O Sindicato foi ao Ministério da Saúde e pediu apuração nos constantes atrasos do pagamento dos vigilantes da empresa Proseg no Hospital Federal Cardoso Fontes, o órgão informou que não há atrasos no repasse das faturas e que o hospital, cumpre com o contrato e as faturas são repassadas de acordo com as leis e no prazo vigente.

DINÂMICA



Na Dinâmica, simplesmente a empresa não queria homologar e pagar as verbas rescisórias dos vigilantes que foram demitidos. O Sindicato orientou os trabalhadores que somente na justiça resolveriam este caso. A diretoria do Sindicato esteve na porta da empresa junto com os vigilantes demitidos e informou a todos, que o Departamento Jurídico atua incansavelmente em favor da categoria.

UEZO

Vigilantes que trabalham na UEZO denunciaram ao sindicato que estão 4 meses sem salários, férias vencidas e que o efetivo caiu de 28 para 12 vigilantes, tendo que fazer revezamento entre eles. O Sindicato já está tomando providências sobre o caso.

SANTANDER



Vigilantes do banco Santander protestaram contra a covarde conduta que obriga o vigilante a almoçar antes das 10 horas ou após às 16:00 horas, acabando com a rendição do almoço.

ROTA

Empresa não tem cumprido com suas obrigações trabalhistas com os vigilantes, atrasando salário e outros benefícios. A Diretoria do SINDVIGRIO conseguiu reter faturas da empresa para pagamento direto dos trabalhadores na FINEP e no Hospital do Andaraí.

BSS

A Diretoria do Sindicato dos Vigilantes continua combatendo as práticas desonestas desta empresa que atua preferencialmente em eventos. A empresa não paga os trabalhadores ao final do evento, conforme está garantido na CCT. A Diretoria do Sindicato alerta os trabalhadores para não procurarem esta empresa.

SL

Empresa SL, de São Paulo, demitiu os vigilantes que prestavam serviços na CONTAX e não homologou no Sindicato dos Vigilantes do Rio. A empresa trouxe os termos de rescisão carimbados pelo Sindicato de Vigilantes de São Paulo. Sempre que a SL atua no Rio de Janeiro, pratica esses absurdos contra os direitos dos trabalhadores.

PERSONA

Empresa está atrasando o pagamento dos vigilantes nos postos onde presta serviço e mesmo com estas irregularidades assumiu a segurança do Hospital do Andaraí.

SINDVIGRIO não abre mão da defesa dos instrutores de cursos

Após meses de negociação com o SINDESP, com os Cursos de Formação de Vigilantes e com a ABCFAV a resposta enviada por ofício no mês de setembro pelo SINDESP ao SINDVIGRIO foi que a negociação continuará apenas na próxima Convenção Coletiva em 2017.

Diante da resistência dos Cursos e do SINDESP em negociar as condições de trabalho e direitos dos instrutores, a Diretoria do Sindicato dos Vigilantes já solicitou fiscalização do Minis-

tério do Trabalho nos Cursos, informando que os mesmos não respeitam os direitos trabalhistas estabelecidos em Convenção Coletiva e na legislação e ainda que os instrutores são contratados sem assinatura da CTPS.

Para os Diretores do SINDVIGRIO a negociação pode ser uma boa forma de solução de conflitos, mas diante da intransigência dos patrões e donos de cursos não há outra medida a não ser utilizar os meios legais e judiciais na defesa dos trabalhadores.

CONTRASP declara guerra à covardia do Santander

Em reunião dia 19 de setembro, na Sede da CONTRASP - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Segurança Privada, em Brasília, as 7 federações estaduais (RJ, PR, SC, RS, SP, NO/NE e Interestadual) estabeleceram um plano de ação unificado de combate à conduta abusiva do Banco Santander que obriga o vigilante a almoçar antes das 10h ou após as 16:00 horas, acabando com a rendição de almoço.

Houve ainda o debate e definição do plano de defesa no que diz respeito ao PL 4467/2016, que proíbe a contratação de vigilante nos municípios que possuem guarda municipal.

A Federação do Rio de Janeiro, representada pelo presidente Sergio Luiz (Serjão) e Fernando Bandeira, destacou a importância do Estatuto da Segurança Privada, que está na pauta da Câmara dos Deputados



Federações Estaduais de Vigilantes na reunião da CONTRASP

aguardando aprovação. O Estatuto traz o plano de carreira, piso nacional com base na orientação do DIEESE, gestor de segurança privada, vigilante supervisor, mudança no armamento, entre outras reivindicações.

Sub sede Campo Grande à disposição da categoria

Localizada na Rua Albertina 70, próximo à estação em Campo Grande, a sub sede do Sindicato foi reformada e ampliada para melhor atender à Categoria.

A Sub sede conta com balcão de emprego às terças-feiras.

Os associados são atendidos para assistência médica, plano odontológico, caminhão de mudança, renovação de carteirinha de sócio, cesta de natal e outros atendimentos.

Funciona de segunda a sexta das 8h às 17:00 horas.



CLUBE RECREATIVO DO SINDICATO FAZ SUCESSO ENTRE VIGILANTES

O Clube Recreativo da categoria tem uma estrutura privilegiada que propicia aos vigilantes e familiares o mais completo lazer e descanso. Cercado de muito verde, o clube que tem campo de futebol, salão de festas

com sinuca e totó, churrasqueiras e duas piscinas, nada deve aos melhores clubes da cidade. Não é permitido entrar com bebidas, copos e latas.

Funciona às sextas, sábados, domingos e feriados das 9h às 17h. A entrada é gratuita para associados e seus dependentes. Os não associados que quiserem usufruir do clube a entrada é de apenas R\$ 20 por pessoa.

Diretores e funcionários estão de plantão nos fins de semana para atender aos trabalhadores e seus familiares. O Clube Recreativo fica na estrada do Frágoso nº 555, a 800 metros da Av. das Américas – perto do Ranário – e 1.800 metros da estrada do Magarça, em Guaratiba, próximo à Estação BRT Pingo D'água e Magarça.



Fundador do SINDVIGRIO homenageado na ALERJ



Mais de 200 pessoas, entre sindicalistas e trabalhadores prestigiam Fernando Bandeira, natural da Paraíba, na Assembleia Legislativa dia 30 de junho, quando recebeu o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro. Fundador do SINDVIGRIO e ex-deputado pelo PDT, Bandeira sempre foi combativo e leal aos trabalhadores.

Benefícios & Convênios

Associados e dependentes têm direito a vários convênios e benefícios. Os interessados devem procurar o encaminhamento na secretaria do Sindicato à Rua André Cavalcanti, nº 126, Centro, ou na subsede em Campo Grande, na Rua Albertina, nº 70, próximo à Estação Ferroviária.

Cursos no CCAA – desconto de 30% nos cursos de inglês e espanhol, válido para o primeiro período de seis meses. O desconto serve para a franquia Bairro de Fátima – Rua Riachuelo, 247, sobreloja.

Academia do Concurso Público – desconto de 20% para cursos preparatórios para concursos públicos.

Faculdade Béthencourt – O desconto de até 35%.

Curso Fisk – inglês e espanhol Desconto de 10% em todas as unidades Fisk. Nas franquias de Campo Grande, Santa Cruz e Itaguaí, o desconto é de até 75%. Na unidade de Madureira o desconto é de 60%.

Curso Yes - 50% de descontos em todas as unidades do estado do Rio

Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM (Bonsucesso). Desconto de 20% para alunos iniciante.

Simonsen - descontos de até 70% para todos os cursos de graduação e pós graduação.

Unicarioca - Desconto de 10% para vários cursos superiores nas unidades da Universidade no Rio Comprido, Méier, Bento Ribeiro, Jacarepaguá e Três Rios.

Estácio de Sá – Desconto que varia de até 20% de acordo com o Campus e o Curso.

Óticas no Centro e Campo Grande:

A Ótica Elegance oferece desconto de 10% à vista ou em 10 vezes sem juros no cartão. Rua André Cavalcante 42, no Centro do RJ.

Campo Grande: Ótica + Brasil. 30% de desconto. A Ótica fica na Rua Viúva Dantas 35, LJ 17 Campo Grande.

Clinica oftalmológica no Centro – Desconto de 30% em consultas e cirurgias. No centro – Av. Marechal Câmara 160/311. Em Madureira na Rua Domingos Lopes 671, Galeria B Lj. N

Tratamento odontológico – Centro e Zona Oeste

O vigilante que precisar de tratamento dentário pode procurar o Sindicato no Centro, ou na

subsede em Campo Grande para pegar o encaminhamento, mediante taxa de R\$ 35 para seis meses de tratamento. Há um consultório à disposição na Rua Almirante Barroso 63, 1.210, Centro e também em Campo Grande, na Rua Campo Grande, 1.096. O encaminhamento é feito a partir do primeiro desconto no contra cheque do associado.

Kombi assistencial:

Transporte no município do Rio de Janeiro em caso de doenças.

Caminhão de Mudanças:

caminhão baú faz mudanças para vigilantes sindicalizados em todo o Grande Rio, Niterói e São Gonçalo, às terças e quintas feiras com o pagamento de taxa de R\$ 130,00 para manutenção e combustível. As mudanças deverão ser agendadas com antecedência pelo tel. 3861-7056. Benefício válido após o 6º mês de sócio do SindVigRio.

Departamento Jurídico:

O departamento jurídico do Sindicato atende ao vigilante associado de segunda à sexta-feira nas áreas trabalhista e criminal, na Rua André Cavalcanti, nº 126, Bairro de Fátima. O atendimento é feito de 10:00 as 13:00 e das 14:00 as 17:00

Balcão de Empregos:

O Balcão de Empregos atenderá os vigilantes às quintas-feiras, na Rua André Cavalcante, 126 - Bairro de Fátima – Centro, a partir das 7:00h. Às terças-feiras a partir das 8:00h, na subsede Campo Grande, na Rua Albertina, nº 70, próximo à Estação Ferroviária.

Programa de Auxílio Coletivo - O Sindicato garantiu para a categoria, em CCT 2016/2017, diversos auxílios. Os Auxílios estão sendo implantados com finalidade de ajudar os empregados e seus familiares na ocorrência de diversos eventos: Cesta Básica, Auxílio Capacitação, Auxílio Doença, Auxílio Farmácia, Auxílio Renda Familiar, Auxílio Matrimônio, Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral Titular. Veja mais detalhes em www.sindvigrio.org.br

Os associados ainda têm direito

Benefícios concedidos após seis meses de associado:

Auxílio Natalidade.....R\$	180,00
Auxílio Matrimônio.....R\$	180,00
Auxílio Família.....R\$	180,00
Auxílio Funeral.....R\$	660,00

A solicitação deverá ser feita no prazo máximo de 6 meses do ocorrido. Documentação necessária: Último contracheque do mês e certidão referente ao auxílio.

Confira mais benefícios no site www.sindvigrio.org.br

**VIGILANTE UNIDO
É FORTE**
Sindicato dos Vigilantes - RJ

IMPRESSO

Tel.: 3861-7050 Fax: 3861-7057